

Democracia cristã

O jornal «Vitória», aparecido, há dias, a luz do grande dia, tentava explicar aos seus leitores em dois curiosos artigos a gênese do pensamento político da actual situação, filiando-a no consórcio do integralismo lusitano com a democracia cristã. Duas idéias mestras, duas correntes de opinião que se tinham encontrado e entrelaçado para gerar uma forma de Governo, que parece ter querido entrar em nova fase com o discurso do Presidente do Conselho de 7 de Outubro próximo passado.

Por mais verosímil que se mostre a olhos pouco afeitos a observação a opinião do articulista, a verdade não parece estar ali.

A Democracia cristã, tão discutida nos fins do século passado, foi definida e consagrada por Leão XIII, na sua encíclica «Graves de Communitatis», de 18 de Janeiro de 1901, dando-lhe o Pontífice como finalidade essencial o cuidado dos interesses do povo, independentemente de qualquer forma ou intenção política. Tal qual a Acção Católica de Pio XI, a Democracia cristã de Leão XIII permanecia estranha às paixões dos partidos e aos diversos acontecimentos, escrevendo mesmo o Pontífice que «as intenções e a acção dos católicos que trabalham em promover o bem dos proletários não podem jamais ter por alvo a substituição e preferência de um regime político por outro».

Sob o impulso destas doutrinas, os católicos portugueses tentaram estabelecer a união das suas forças para as orientar no sentido da democracia cristã. Foi desse esforço que nasceram os Circulos Católicos de operários, de que existem ainda algumas venerandas reliquias, e o Centro Académico da Democracia Cristã (C. A. D. C.), com sede em Coimbra.

Se a Democracia cristã se abstinha de actividade política, era evidente que os seus seguidores permaneciam individualmente livres de aderir a esta ou aquela forma de Governo ou partido político, tendo-lhe sido sempre reconhecida essa liberdade. De facto, vimos os católicos, mesmo os mais apaixonados pela Democracia cristã, dividirem-se politicamente em monárquicos e republicanos, e tanto na monarquia como na república, pelos diferentes partidos políticos.

Quando, mais tarde, o Episcopado resolveu criar o Centro Católico, os mesmos católicos continuaram divididos pró ou contra o Centro, embora este afirmasse, na teoria e na prática, a sua indiferença perante os partidos políticos e a sua abstenção de fórmulas partidárias.

Embora a corrente, mercê das circunstancias, se tenha desviado noutras nações em sentido bastante diverso, em Portugal não aconteceu o mesmo. A Democracia cristã realizada entre nós permaneceu alheia inteiramente à politica, não deu formação politica aos democratas cristãos e até não faltou uma forte corrente que, reagindo contra os exageros e desmandos do Partido Democrático para evitar confusões, repudiou levemente a palavra «democracia» e engrossou o coro dos que condenaram o regime democrático, sem distinguir entre as idéias e o Partido então existente com esse nome.

Não pode falar-se, portanto, da existência de uma corrente de carácter político ou com finalidades politicas dentro da Democracia cristã em Portugal. Não poderia ela portanto dar qualquer espécie de orientação politica à Revolução de 28 de Maio.

A afirmação do articulista da «Vitória» nasceu da confusão entre a Democracia cristã e alguns dos homens filiados nela, e que vieram mais tarde, dentro da liberdade politica outorgada por Leão XIII, a dar o seu apoio entusiasmado ao movimento militar do General Gomes da Costa.

Desde então, porém, o mundo deu muita volta, não só sobre o seu eixo, mas também no progresso das idéias.

Pio XI fundou a Acção Católica, pondo-a fora e acima de todas as contingências politicas, mas, compreendendo a necessidade de uma actuação politica por parte dos católicos, não só lhes deixou liberdade politica, como os incitou a tomar parte activa na orientação do Governo das Nações. A Democracia cristã orientouse então noutro sentido, e os católicos começaram a organizar-se politicamente para assumir as suas responsabilidades no Governo dos povos e do mundo. A Democracia

cristã tem um programa definido, sabe o que quer e também não desce nhece para onde vai. Organizada, rejuvenescida, experimentada na luta pela liberdade essencial da intelligência, das consciências e da vida, por todas as Nações onde existe catolicismo, vem actuando, ousada e brilhantemente, na orientação da politica nacional. Na Itália, na Austria, na Hungria, na Suíça, na Alemanha, na Polónia, no Luxemburgo, na Bélgica, na Holanda e na França, para não falar senão nos países europeus, vem dando iniludíveis provas da sua vitalidade triunfante.

Chegará também o momento de a Democracia cristã em Portugal assumir as suas responsabilidades com a consciência plena do caminho que pisa e dos destinos gloriosos que a esperam. Nesse momento, a Nação poderá contar não apenas com os seus homens, mas com ela própria para a realização da justiça social, a harmonia entre os cidadãos e a grandeza fortemente progressiva da nossa Pátria.

ABEL VARZIM